

## Vazamento de Dados e a LGPD

### **Caso escolhido:** Vazamento de dados da Clube do INSS / Serpro (2021)

Em 2021, foi identificado um vazamento massivo de dados de cerca de 223 milhões de brasileiros, incluindo CPF, nome completo, data de nascimento, renda, score de crédito, e até dados de veículos e benefícios do INSS. A base de dados foi colocada à venda na internet e acredita-se que a origem tenha sido um vazamento indevido de informações tratadas por órgãos públicos e empresas parceiras, como o Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados).

### **Artigos da LGPD violados**

1. **Art. 6º – Princípios da LGPD** - Segurança e prevenção: houve falha na adoção de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais. - Responsabilização e prestação de contas: a empresa/órgão não conseguiu demonstrar conformidade com boas práticas de proteção de dados.

2. **Art. 46 – Da segurança e sigilo dos dados** - Determina que os agentes de tratamento devem adotar medidas de segurança para proteger os dados pessoais de acessos não autorizados, destruição, perda ou divulgação indevida.

3. **Art. 48 – Comunicação de incidentes** - A empresa deve comunicar à ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados) e aos titulares dos dados sobre a ocorrência do vazamento, o que, segundo as investigações, não foi feito de forma adequada e tempestiva.

### **Responsabilidades da empresa após a descoberta do vazamento**

De acordo com o Art. 48 da LGPD, após identificar o incidente, a empresa (ou órgão público) deve:

1. Comunicar imediatamente à ANPD sobre o incidente de segurança, informando: - a natureza dos dados afetados; - o número de titulares impactados; - as medidas técnicas e de segurança utilizadas; - os riscos e impactos do incidente; - as medidas que estão sendo ou serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos.

2. Notificar os titulares dos dados pessoais afetados, permitindo que eles possam se proteger (por exemplo, trocar senhas, ficar atentos a golpes, etc.).

3. Adotar medidas corretivas imediatas, como: - reforçar a segurança da base de dados; - revisar políticas internas de proteção de dados; - treinar funcionários e implementar planos de resposta a incidentes.

### **Penalidades possíveis (Art. 52 da LGPD)**

A ANPD pode aplicar as seguintes sanções:

1. Advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas. 2. Multa simples de até 2% do faturamento da empresa (limitada a R\$ 50 milhões por infração). 3. Multa diária enquanto persistir a infração. 4. Publicização da infração, após devidamente apurada e confirmada. 5. Bloqueio dos dados pessoais relacionados à infração até sua regularização. 6. Eliminação dos dados pessoais relacionados à infração. 7. Suspensão parcial do funcionamento do banco de dados por até 6 meses (prorrogável por igual período). 8. Proibição total ou parcial do exercício de atividades de tratamento de dados.

### **Conclusão**

O caso demonstra que a ausência de medidas preventivas de segurança e de resposta rápida a incidentes pode causar graves danos à privacidade dos cidadãos e grandes prejuízos financeiros e

reputacionais para as empresas envolvidas. A LGPD exige transparência, responsabilidade e segurança contínua no tratamento de dados — não apenas para evitar multas, mas para manter a confiança dos titulares.